

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
BIBLIOTECA PROF. BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA
INFORME SEBIB Nº 32/14

A Seção da Biblioteca recebeu o seguinte periódico:

REVISTA DIALÉTICA DE DIREITO TRIBUTÁRIO Nº 227 –
ago/2014

SUMÁRIO

- Inconstitucionalidade superveniente da contribuição social de 10% sobre o saldo do FGTS em caso de despedida sem justa causa, instituída pelo art. 1º da LC nº 110/2001, face ao atingimento de sua finalidade – *André Mendes Moreira e César Vale Estanislau*
- A contribuição prevista na Lei Complementar nº 110/2001 e sua revogação automática com o exaurimento de sua finalidade – *Bruno Reis Pinto*
- Da revogação tácita do crime de descaminho pelo art. 1º da Lei 8.137/1990 – *Diego de Alencar Salazar Primo e Francisco José Soares Feitosa*
- A Resolução nº 13 do Senado Federal, o acúmulo de créditos de ICMS nas operações interestaduais com mercadorias importadas e a possibilidade de dedução dos créditos acumulados na apuração do IRPJ e da CSLL, pela sistemática do lucro real – *Eduardo Arrieiro Elias*
- O tributo “adicional ao FGTS” da Lei Complementar nº. 110/2001 e suas “várias” inconstitucionalidades – *Henrique Santos Raupp e Emerson Viancek*

- Do conceito de insumo no contexto da não cumulatividade dos tributos – *Hugo de Brito Machado*
- O lugar da informação: considerações sobre a interpretação do termo “resultado” na Lei Complementar 116/2003 – *Marcelo de Azevedo Granato*
- Os 25 anos do TRF da 2ª Região e a jurisprudência tributária – *Marcus Abraham*
- O abuso de Direito Tributário – *Paulo Rosenblatt*
- A base de cálculo do ICMS em operações interestaduais entre estabelecimentos do mesmo titular – *Ricardo Lodi Ribeiro*
- A regulamentação da Resolução do Senado Federal 13/2012 pelo CONFAZ (Convênio ICMS 38/2013): o combate aos benefícios fiscais institucionais da “guerra dos portos” e a simplificação das obrigações acessórias em atendimento aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade – *Roberto Biava Júnior e Leonardo de Gregório*
- O que é formalismo tributário? – *Sérgio André Rocha*
- Inconstitucionalidade da exação securitária devida pela contratante de cooperativas – *Wladimir Novaes Martinez*

O exemplar está disponível para consulta dos interessados

Salvador, 18 de agosto de 2014